

# Sindicatos recusam proposta franco-alemã

**Harmonização.** O plano passa pelo fim da indexação dos salários à inflação, o aumento da idade da reforma, os limites ao endividamento e ao défice e harmonização fiscal na Zona Euro

EDUARDA FROMMHOLD

A Confederação Europeia dos Sindicatos (CES) rejeita terminantemente a proposta franco-alemã de um "pacto para a competitividade" — que Berlim e Paris querem ver aprovado no final de Março —, nomeadamente no que se refere ao fim da indexação dos aumentos salariais à inflação.

A organização sindical "não pode aceitar que a competitividade seja mais uma vez utilizada como pretexto para intervir nos sistemas de negociação colectiva existentes na Europa", afirma em comunicado. Na opinião do secretário-geral do CES, citado pela France Presse, o que está em causa "não é um pacto para a competitividade, mas um pacto perverso para um nível de vida mais baixo, aumento das desigualdades e trabalho mais precário".

Além da imposição de limites aos aumentos salariais na Zona Euro e do fim da sua indexação à inflação, o plano proposto ontem pela Alemanha e a França, na cimeira dos líderes europeus em Bruxelas, prevê a harmonização dos sistemas de pensões e o aumento da idade da reforma para os 67 anos, a introdução nas constituições nacionais de limites para o endividamento e o défice dos Estados, bem como a harmonização da tributação das empresas.

Contactado pelo DN, o secretário-geral da CGTP, Manuel Carvalho da Silva, considera que a aceitação deste plano, "numa Europa que não tem uma política única e com dimensões sociais e culturais muito diferentes, seria uma subversão do próprio tratado consti-

tucional [da União Europeia]". As realidades dos diversos países são muito distintas, lembra, e frisa que, no que respeita a Portugal, "os custos médios do trabalho têm crescido muito abaixo da média da UE", e que "em múltiplos sectores de actividade, os salários estagnaram ou subiram abaixo da inflação". O sindicalista acredita que se anda "a brincar com o fogo" e prevê que "a Europa vai ter conflitos [sociais] gravíssimos". Antecipa mesmo que, devido às diferentes realidades, as movimentações sociais passem por uma "articulação de acções", devendo os países do Sul da Europa ser "os primeiros".

Mas para a inflexível chanceler alemã, Angela Merkel, o "critério" para um pacto europeu de competitividade "deve ser o Estado membro que melhor preenche as condições". E considera que tal "significa que nos devemos orientar pelos melhores" (leia-se, Alemanha).

Berlim e Paris alegam que o objectivo deste pacto é evitar novas crises da dívida soberana e defender o euro. "Queremos reforçar a competitividade da Europa, fazer convergir as diferentes economias europeias", explicou o Presidente francês, Nicolas Sarkozy, lembrando que o que está em causa é "a defesa do euro". E insistiu que a França e a Alemanha pretendem "uma integração mais forte da política económica ao serviço de um objectivo: reforçar a competitividade das nossas economias".

Para a Alemanha, o reforço de uma disciplina comum é o preço a pagar para evitar novas crises, mas também a condição exigida para aceitar um reforço do Fundo Europeu de Estabilização Financeira



## Líderes acordam rede energética para toda a Europa em 2015

para apoiar os países em maiores dificuldades. Os pormenores da proposta franco-alemã deverão ser apresentados numa cimeira extraordinária dos líderes dos 17 países da Zona Euro, apontada para 4 de Março, com vista a haver uma decisão já na cimeira de chefes de Estado e de Governo dos 27 países da União Europeia, marcada para 24 e 25 de Março.

O primeiro-ministro José Sócrates considera a convocação da cimeira extraordinária "histórica" e vê com bons olhos um "governo económico", para dar resposta à crise da dívida soberana. "Esse plano ambicioso contempla não apenas o fundo [de resgate], mas também (...) ir mais longe na coordenação económica, uma integração política", resumiu no final da reunião, ontem, em Bruxelas. Mas quanto ao pacto para a competitividade que estará na agenda da mesma cimeira, disse desconhecer esse plano. "Nunca vi essa proposta, não a conheço", disse, acrescentando que Portugal já tem na sua legislação "todas as matérias que dizem respeito ao Pacto de Estabilidade e Crescimento".

**ESTRATÉGIA** Os líderes europeus chegaram ontem a acordo, em Bruxelas, sobre uma estratégia para a política energética europeia, que inclui um forte investimento em redes de fornecimento de gás e de electricidade que cheguem, em 2015, a toda a Europa.

A diversificação da produção, de modo a aliviar a UE da sua actual dependência energética da Rússia e do Médio Oriente, a necessidade de economizar e a aposta em energias "limpas" são pontos centrais do plano de acção que mereceu o consenso dos 27 e que preconiza uma "energia segura, sustentável e abordável".

Numa cimeira dedicada a energia e inovação, os chefes de Estado e de Governo da União assumiram o objectivo de, nos próximos quatro anos, garantirem uma rede de infra-estruturas que garanta o fim do isolamento energético de Estados membros, ou seja, que nenhum país da União possa vir a ser

afectado por qualquer crise alheia. "Após 2015, nenhum Estado Membro da UE deverá ficar isolado das redes de gás e de electricidade, nem ter a sua segurança energética posta em perigo devido à falta de conexões adequadas", lê-se nas conclusões.

Esta aposta em infra-estruturas exigirá, todavia, um forte investimento, tendo Bruxelas estimado recentemente que serão necessários 200 mil milhões para as "auto-estradas" da electricidade, os corredores de gás e as interconexões entre países, mas os líderes ressaltam que deve ser o próprio mercado a assumir o grosso do financiamento do mercado interno da energia, ainda que admitam casos de "financiamento público limitado".

"A maioria dos elevados custos de financiamento dos investimentos em infra-estruturas deverá ser suportada pelo mercado, sendo depois recuperados através de taxas", defendem os 27. **Lusa**

CGTP antecipa "conflitos gravíssimos" na Europa